

ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Eni Voltolini - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Com muita satisfação quero registrar a presença nesta Casa do representante do ministério da Cultura, Hilton Cobra, ele que é presidente da Palmares Fundação Cultural, que trabalha com os nossos afrodescendentes, que nos dá a satisfação de estar na Casa promovendo alguns cursos de formação.

Queremos dar as boas-vindas a ele que vem de Brasília, como representante do ministério da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, prezados catarinense que acompanham esta sessão, quero inicialmente apresentar aqui uma solicitação de pesar a dona Joana Campos dos Passos pelo falecimento, ontem, do seu esposo, sr. Hamilton Leandro dos Passos, com 82 anos. Era avô de um assessor do gabinete deste deputado. Manifesto minhas condolências à família.

Quero fazer uma saudação muito especial ao professor Elói Mariano Rocha, diretor da Escola Estadual Olívia Basto. É importante destacar a sua atividade junto à escola e à comunidade.

Neste final de semana por ocasião da homenagem ao Dia das Mães, no referido colégio, houve a participação de muitos alunos e a presença de praticamente todas as mães dos alunos e a colaboração da comunidade, dos empresários, dos comerciantes, enfim, a comunidade de Tijucas interage muito com o Colégio Estadual Olívia Bastos e, naturalmente, o que percebemos é o resultado na qualidade da educação. Quando os familiares, a comunidade como um todo se envolve, é amiga do diretor da escola, colabora com o professor, incentiva os alunos, o resultado final é uma educação com melhor qualidade. Por isso, então, que além do salário, que é importante, além de várias formas de valorização do professor e da direção, a participação das pessoas promovendo esse envolvimento de toda equipe docente com a comunidade, como é o caso do Colégio Olívia Bastos, da comunidade Nova Descoberta, em Tijucas. E que nessa hora quando acontece um evento como o Dia das Mães, percebemos a colaboração que se tem de toda a comunidade.

Por isso, quero em nome do professor Eloi saudar inúmeros outros professores, diretores,

porque sei que também possuem um envolvimento igual ao professor Eloi e que graças a isso a qualidade do ensino é melhor. Certamente, a qualidade que a escola particular oferece e que muitas vezes é melhor do que a pública, é justamente esse envolvimento, essa participação, dos pais, da comunidade com a escola. Por isso nós precisamos copiar aquilo que é bom, aquilo que a escola particular faz. A escola divulgando o que faz para os pais, estes pagam mais fácil a sua mensalidade. No caso do colégio público pelo fato de não ter o compromisso, de não precisar contribuir, não ter a obrigação da interação da família, acaba não tendo esta interação e assim se desleixando de inúmeras atividades e perdem na qualidade.

Por isso, às vezes observamos que na escola particular os pais que pagam preocupam-se mais com a educação do que na escola pública, que dá a impressão que os pais não se preocupam, mas não é isso que acontece, porque quem não se preocupa e que teriam que fazer essa promoção é a direção, os professores, a escola. Os pais se sentem até constrangidos de terem que ir toda hora à escola e pensar que está indo lá para incomodar.

Então, quando são convidados a irem até a escola para participar, eles vão. Um exemplo disso é a comunidade de Nova Descoberta, em Tijucas, que participa porque a direção da escola envolve-se com a mesma, intimam os pais, a família a irem à escola, a saberem o que o aluno está fazendo e, naturalmente, isso resulta numa melhor qualidade da educação.

Mas quero abordar um assunto que hoje pela manhã foi tema do *Bom-Dia Brasil*, da Rede Globo, demonstrando uma preocupação que há no Brasil inteiro sobre a falta de remédios nos postos de saúde, aqueles que são distribuídos e não são comprados pelo posto ou prefeitura, eles vêm do ministério da Saúde e existe a intermediação primeira do posto de saúde, da secretaria municipal e estadual, mas o resultado final é ter o remédio lá.

E recebi algumas observações recentemente da falta de medicamentos anti HIV e, por isso, que às 13h30 tive uma audiência com o dr. Eduardo Macari, que é o diretor da Dive - Diretoria de Vigilância Epidemiológica - e o responsável no estado para fazer a intermediação do município e do governo federal, fazendo com que chegue aos municípios os medicamentos de doenças como a Aids, cujo tratamento não pode ser interrompido.

Assim, colocou-me o dr. Eduardo que por uma questão de licitação, de compra de medicamentos do ano passado para este, é que teriam encomendado um número menor de quantidade do remédio que seria necessário e, por isso, neste mês estão faltando alguns tipos de remédios para tratamento da Aids, mas que já está havendo a articulação entre o município e o estado, a secretária de estado da Saúde, dra. Tânia, já fez o pedido para o ministério da Saúde atender urgentemente o pedido de envio dos medicamentos de tratamento contra HIV.

E temos em Santa Catarina milhares de pacientes que tomam remédios, a grande maioria não teria condições de comprar, porque se fizerem isso faltará dinheiro para outras ações vitais. E por isso é importante que haja uma intromissão do estado, como já fez a secretária de Saúde, para que reduza o tempo que esses pacientes ficariam sem o remédio. Assim, já tomaram atitude sobre isso, estão parcelando a distribuição de três meses para um mês e volta no mês seguinte na expectativa de que nesse prazo se conseguiria resolver essa má avaliação que o governo fez com relação aos remédios de tratamento da Aids, ou seja, licitaram no ano passado um volume de remédios menor do que a necessidade.

É estranho que esteja faltando agora, pois não estamos nem na metade do ano. Se fosse lá por outubro ou novembro poderíamos pensar mais pacientes com o diagnóstico definitivo passaram a tomar o remédio, mas não estamos nem no final do ano e já está faltando. De qualquer maneira o estado faz o seu papel de intermediar e reduzir

esse tempo sem tratamento para que ninguém corra nenhum risco de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito, é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha nesta sessão.

Ontem tive uma participação aqui nesta tribuna, nos debates que reputo não muito elegante, deputado Ismael dos Santos, sobre a questão das pontes, com o deputado Valmir Comin e com a deputada Ada Faraco de Luca.

Na verdade vim à tribuna para falar de outros assuntos em cinco minutos, mas, como a questão ponte veio para a pauta resolvi dar uma pincelada em uma ou duas frases. E aí evidente num resumo tão grotesco acabei dizendo coisas que não foram entendidas da forma como eu pretendia, pelo deputado Valmir Comin e pela deputada Ada de Luca.

Eu pretendia falar do lançamento deste livro ocorrido no final da tarde de ontem no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina cujo título é *A Dialética da Agroecologia*.

Os Autores são doutores, PHDs, pós-doutores, Luiz Carlos Pinheiro Machado e Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho. Ou seja, duas gerações de professores da Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina.

O primeiro deles, o pai, foi inclusive professor da UFRGS, no Rio Grande do Sul, antes de vir para a Universidade Federal de Santa Catarina.

Tive a oportunidade de anunciar aqui a singela homenagem que fizemos ao José Graziano.

Mas quero falar mais a respeito deste livro e convidar os deputados que puderem acompanhar este lançamento. Um assunto, com certeza, importante.

A *Dialética da Agroecologia*, com o subtítulo, *Contribuição para o Mundo com Alimentos sem Veneno*.

Então esse é o grande desafio da humanidade. José Graziano trouxe não apenas a quantidade, mas a qualidade nutritiva e a ausência de venenos nos alimentos que comemos todos os dias.

Este é um assunto, portanto, que eu pretendia tratar na tarde de ontem e o faço agora.

E o segundo assunto seria para elogiar, permitam-me a minha singeleza de segundo sargento, empossado do mandato que policiais e bombeiros militares me conferiram em outros setores, também, mais especialmente, este. Quero elogiar o trabalho ponderado, legal, racional e ético do atual Comando do 4º Batalhão. E o faço com alegria.

Tenente Coronel Araújo Gomes, faço esse elogio com alegria pelo trabalho de comando frente ao 4º Batalhão e das posições que a Polícia Militar tem tomado em algumas situações conflitantes em nossa cidade capital. Na última vez, foi a questão da paralisação dos trabalhadores dos transportes coletivos, quando evitou o enfrentamento, evitou qualquer conflito e que o assunto fosse resolvido na esfera da negociação, entre trabalhadores e patrões ou na esfera judicial, na Justiça do Trabalho.

Anteriormente nos últimos anos podemos acompanhar, inclusive criticando outras autoridades nestas mesmas atividades e um comandante do passado, do 4º Batalhão, desta capital disse que eu o odiava porque ele combatia os movimentos sociais. A justificativa que ele nos deu ficou bem pior que o soneto. É tarefa de um policial militar combater os movimentos sociais ou é tarefa de um policial militar, especialmente de um comandante de unidade militar garantir o direito a livre manifestação ou aos direitos de garantias fundamentais de todas as pessoas? E se tem conflito vai acabar estando no meio deste conflito. E o coronel Araújo Gomes tem desempenhado bem, e de forma legal, racional e ponderada esses conflitos aqui na capital. E isso, evidentemente, nos alegra, no sentido de vermos que a nossa instituição está sendo usada para fazer o trabalho que a constituição lhe atribuiu fazer.

E é possível fazer sem aquela lógica de que o movimento social, seja ele qual for, o movimento dos trabalhadores, é sempre, diante mão, considerado como baderneiro, agitador e criminoso. Infelizmente, as autoridades tratam assim antes mesmo de começar uma disputa.

Mas por fim, e aí quero e aí preciso voltar às questões das pontes, deputado Padre Pedro Baldissera, para separar os dois assuntos. Eu fiz uma relação inclusive para ironizar com alguns posicionamentos de algumas autoridades do estado do passado, ou de um passado até recente.

Mas falo da ponte da BR-101, na região de Laguna, que passa sobre o canal de Cabeçuda. Já falei e considero que se construiu uma ponte maior, mais comprida que a necessidade. Existe um canal lá e até já foi feito um aterro na década de 50 ou 60, quando foi construída a BR-101, e foi deixado apenas 250 metros de canal, que é aonde vai a ponte, no mais, foi feito aterro.

E se falou alguns anos atrás e eu prestei atenção, que nessa altura do campeonato, décadas depois reabrir o canal, seria criar novamente impacto de mudança ecológica para dentro da Lagoa do Imaruí. Portanto, seria mais prudente, já que foi feito o impacto na época e agora a natureza da lagoa já se acostumou com essa realidade décadas depois, na minha avaliação, leiga, bastaria alargar o tamanho daquele mesmo aterro e fazer uma ponte de 200 ou 300m ao lado daquela. Já estaria pronta há dez anos com um gasto muito menor. Então, isso já falei, e trago elementos de especialistas.

E aí se decidiu fazer uma ponte de 2.800 metros que passa em cima da floresta, entra em cima do mar, dá volta dentro do mar e volta para o mesmo lugar que já passava a estrada. Ora, é evidente que a ponte ficou bonita, eu passei lá recentemente, como já havia passado nos últimos anos e detestado as autoridades que estavam com morosidade toda na duplicação da BR-101 sul. É obvio que a ponte está bonita, é obvio que tem que se parabenizar as empresas que estão fazendo, em tempo recorde, uma ponte de 2.800m, tempo recorde

a partir do momento que começaram, porque demorou dez anos para se começar, para se decidir como é que se iria fazer a ponte, depois também teve as licenças ambientais e um dizia quero a ponte mais para lá e o outro, mais para cá. Mas depois que começaram a construção daquela ponte, está indo rápido. É evidente que tem que se elogiar a engenharia, a tecnologia, a capacidade humana de produzir e de realizar, cada vez em situações mais surpreendentes.

E aí o paralelo que eu queria fazer daquela ponte para a Ponte Hercílio Luz é justamente esse: uma ponte que foi construída há 80 anos, e ela completou esta semana 80 anos. Em 1926 foi inaugurada. Um jovem engenheiro norte-americano veio para cá solteiro, foi para a igreja, e não lembro agora qual era a religião dele, mas evidentemente que devia ser cristã, conheceu uma moça da capital, casou e ficou morando aqui. O jovem engenheiro, com operários locais, numa tecnologia de 80 anos atrás, construiu aquela ponte.

Eu defendo a ponte, e muito. Aliás, uma ponte que tem sido vítima há 32 anos, no mínimo, do descaso das autoridades; uma ponte que deveria ter estado em funcionamento durante essas três décadas, e poderia estar. Mas faz tempo que é imprudente e incorreto, de todos os pontos de vista, defender o trânsito de automóvel por cima daquela ponte. Pois é o que se continua jurando: "Vamos abrir a ponte até o final do ano - e fala-se isso em todo ano eleitoral - para a passagem de carros". Primeiro, que é mentira! Segundo, que não abrem. Eu escuto essa promessa há diversos meses de março do ano eleitoral. Terceiro, que é inconsequente falar em colocar automóvel em cima da Ponte Hercílio Luz. A ponte tem que ser uma passarela para pedestres e ciclistas, para as pessoas que são daqui ou para as que visitam esta cidade caminharem sobre a Ponte Hercílio Luz. E se apenas fizerem isso, ela já desafogará um pouco o trânsito de automóveis em cima das outras pontes, porque quem mora no estreito e trabalha no centro, ou vice-versa, poderá fazer esse trajeto

caminhando num percurso relativamente curto, ou de bicicleta.

Então, a minha insurgência é com a morosidade e a falta de seriedade, permitam-me dizer, de todos os governos passados nos últimos 32 anos com relação à Ponte Hercílio Luz e à permanência e à continuidade do culto a automóvel. Só se faz qualquer coisa, se for para passar automóvel, mesmo sendo um erro técnico, social, político, ecológico e qualquer outro, e tem que ser refletido de outra forma!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e deputado Sargento Amauri Soares, a Ponte Hercílio Luz, é, claro, sempre razão de polêmica e de elogios também. Mas eu achei fantástica a charge do Silva ontem no *Diário Catarinense*, quando dois, digamos, protagonistas de 1927 junto à ponte diziam: "Pois é, quatro anos para construir a ponte. Espero que a reforma não dure tanto"! Belíssima charge! Mas vamos torcer para que de fato tenhamos um desfecho feliz, um *happy end* para a Ponte Hercílio Luz.

É preciso elogiar também, deputado Sargento Amauri Soares, mais uma vez citando v.exa., o comando-geral dos bombeiros em Santa Catarina.

Ontem fomos muito bem atendidos numa audiência que agendamos com o comando e com técnicos dos bombeiros de Santa Catarina exatamente para refletir sobre o projeto de lei aprovado nesta Casa que diz respeito à prevenção de incêndios e às edificações.

Temos algumas preocupações - e talvez eu, o deputado Kennedy Nunes e o deputado Padre Pedro Baldissera de forma muito especial, porque sempre estamos ligados à questão dos templos religiosos, mas também aqueles que trabalham com casas noturnas, casas de espetáculos - sobre as regras

que aqui foram aprovadas e que, efetivamente, o bombeiro terá que começar a fiscalizar.

Ficamos felizes com a atitude da corporação, especialmente, do comando-geral dos bombeiros, em estabelecer uma cartilha mínima para que o cidadão catarinense tenha acesso a essas informações de maneira muito prática, sobre o que pode e o que não pode e quais são os prazos. Como por exemplo, o que é emergencial na vistoria do Corpo de Bombeiros, hoje, numa casa de espetáculos, num templo religioso e nas escolas. Fiquei feliz, inclusive, em saber que das 1.111 escolas públicas estaduais em Santa Catarina, 500 escolas foram fiscalizadas, deputado Sargento Amauri Soares.

Parabéns aos bombeiros pela agilidade e pela proposição que fizeram ao governo do estado, porque, de fato, essa fiscalização estava faltando nessas escolas. Espero que se completem as 600 escolas que ainda faltam. Mas é claro que de imediato se espera aquelas ações tão necessárias e gritantes depois do caos da boate Kiss, em Santa Maria, como a questões dos extintores, da sinalização, das saídas de emergências e da definição da capacidade do público em cada um desses locais. E a informação, talvez, a mais importante que obtivemos ontem do comando do Corpo de Bombeiros foi de que para as edificações construídas, deputado Kennedy Nunes, até novembro de 2013, haverá um prazo de cinco anos para as devidas adequações, como por exemplo, rampa de acesso, elevadores, enfim, trabalhos que necessitam de um projeto mais apurado.

Então, isso nos deixou um pouco mais tranquilos de que há esse bom senso por parte do comando-geral do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, no sentido de analisar caso por caso essa situação. E nós queremos estar, de fato, acompanhando sem nos omitir daquilo que aqui aprovamos, a Lei de Prevenção de Incêndios e Identificações, mas também tendo o bom senso com construções que já estão consolidadas há muitos anos.

Aproveito o tempo que ainda tenho, sr. presidente e srs. deputados, para agradecer mais

uma vez a aprovação em segundo turno, ontem, nesta Casa, do projeto de Lei n. 0071, de nossa iniciativa, que agora se torna lei e estamos esperando a sanção do governador que assegura ao consumidor o direito à informação sobre a inexistência dessas ciências técnicas no município.

Eu tive a oportunidade de dar algumas entrevistas nessa semana em rádios, televisão e num dos debates, um dos diretores do Procon dizia o seguinte: "Bem, mas a lei do deputado Ismael dos Santos, está apenas ratificando que o código já diz". Não! Não é verdade. Estamos acrescentando uma exigência que não havia no Código de Defesa do Consumidor. Isto é, quando o cidadão catarinense vai ao comércio comprar o seu celular, a sua geladeira, o seu micro-ondas, e por aí a fora, deputado Gelson Merisio, o vendedor terá que informar por escrito que não existe naquele município, como o de Chapecó, por exemplo, a assistência técnica daquele produto. E aí caberá ao comprador, ao consumidor correr o risco ou não da compra daquele produto. Aí alguém do Procon diz que isso já está no manual do consumidor.

Ora meus amigos, o manual geralmente vem dentro da caixa, inclusive lacrado. Pior do que isso, o manual vem com letras miúdas, nem com luneta consegue-se fazer a leitura. Às vezes vem até em latim.

Então, é o mínimo que se espera. A partir de agora esperamos que o governador sancione esta lei e faça valer esse direito do consumidor. É claro que cabe ao Procon a fiscalização. A multa já está no Código de Defesa do Consumidor, que vai de R\$ 300,00 até R\$ 3 milhões, dependendo, naturalmente, da dimensão da empresa e do valor do produto. Mas a partir de agora, então, o fornecedor do produto ou do serviço deverá informar a ausência, em caso de inexistência de assistência técnica, em um documento fiscal ou por intermédio de um contrato devidamente assinado pelo consumidor. Isto é, o consumidor vai assinar dizendo que está ciente de que naquele município não existe assistência técnica para o produto.

É essa garantia que nós estamos dando ao consumidor catarinense a partir da aprovação, em segundo turno, desse projeto de lei, que agora é lei, esperando, como eu disse, apenas a sanção do sr. governador do estado de Santa Catarina.

E ratifico aqui a minha gratidão pela aquiescência e pela votação unânime dos srs. deputados nesta nossa iniciativa parlamentar. Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Taxista Voltolini - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Taxista Voltolini.

O SR. DEPUTADO TAXISTA VOLTOLINI - Quero anunciar a presença do presidente do PPS, Beno, lá de Benedito Novo, e do Adriano, que estão visitando a Assembleia. Quero também registrar a presença do vereador Jucelino Marino Chini, de Nova Trento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Casa acolhe a todos e lhes deseja uma boa estada.

Agora, sim, com a palavra, o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados.

Na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, tivemos uma reunião em Guaramirim, na Universidade de Guaramirim, que foi bastante ampla. Na verdade, foi uma audiência pública capitaneada pelo deputado Carlos Chiodini, com a presença do deputado Darci de Matos, tratando da questão da importação da banana.

Nestes seis mandatos que eu tenho, sr. presidente, tenho dois de vereador e o quarto de deputado aqui nesta Casa, em tempo algum eu vi uma audiência pública com tanta gente. Estava literalmente lotado o auditório, os corredores

todos tomados, e uma multidão de gente ficou fora por não conseguir entrar.

Tudo por conta desta decisão do Ministério da Agricultura de importar, ou autorizar, melhor dizendo, a importação de banana do Equador. E isso colocou em polvorosa, essa é a palavra, os agricultores, as pequenas famílias, porque aqui no nosso país são famílias que têm pequenas propriedades que cultivam a banana. É o pai, mãe, filho, irmão, é a família como um todo que cultivava a banana. E a indignação era muito forte.

O deputado Chiodini, que presidiu aquela reunião, pode perfeitamente até me assessorar nesta falação que estou fazendo aqui, porque eu nunca vi tanta gente numa audiência pública. E as razões são simples, eis os fatos.

A banana que estão querendo trazer para o Brasil, importar para o Brasil, é produzida no Equador por apenas cinco grandes proprietários, multinacionais, que produzem em grande escala e tem subsídio do governo. É um subsídio, porque o governo não cobra impostos sobre a produção da banana no Equador. Isso é um subsídio.

Então, o que acontece? Esses produtores de banana do Equador dominam o comércio de banana internacionalmente, porque eles produzem em grande escala, em ritmo de indústria.

Nós aqui temos 520 mil hectares de banana cultivados e 95% desse cultivo de banana são feitos em pequenas propriedades. Estão ligados a esse cultivo de banana no Brasil cerca de 520 mil pessoas e, indiretamente, estão envolvidas aproximadamente dois milhões de pessoas.

Neste país temos as pequenas propriedades, inclusive, fala-se muito de ajuda aos pequenos proprietários, mas, de repente, por questões, acredito doutrinária, acredito eu - porque temos no Equador o companheiro Rafael Corrêa, na verdade, precisamos prestigiar o presidente para que ele possa entrar no Mercosul -, e a desculpa que se dá é o equilíbrio da balança comercial. É a desculpa mais esfarrapada que já ouvi até hoje. Quer dizer, para equilibrar a balança não importa

que os pequenos proprietários de cultivo de banana deste país se arrebetem.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Vou lhe conceder um aparte, deputado Carlos Chiodini, quem sabe v.exa. pode até me acrescentar alguma coisa para que eu consiga dar sequencia ao meu raciocínio.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Eu vou ser muito breve, deputado Nilson Gonçalves. Agradecendo a oportunidade, para primeiramente reiterar todas as palavras que o sr. deputado colocou aqui, ou seja, todas elas estão perfeitamente em dia com os dados da bananicultura brasileira, especialmente em Santa Catarina que é um dos grandes estados produtores.

Como foi visto lá, e v.exa. acabou de citar aqui, deputado, a grandiosidade da audiência pública é a organização do associativismo no setor da bananicultura, impressionante! Estavam lá as associações de Garuva, São João do Itaperiú, Massaranduba, Corupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, todas elas com a pauta muito definida e unânimes no apelo ao governo federal, ao ministério da Agricultura. Não vou aqui me alongar, mas eles vão, a médio prazo, gerar uma falência em cadeia de dois milhões de pessoas que direta ou indiretamente sobrevivem da bananicultura.

E dada a grandiosidade do Brasil, v.exa. que participou da audiência pública, fez colocações muito pertinentes, deputado Nilson Gonçalves, temos aqui uma das maiores economias do mundo e tem que se pensar grande. Não temos que pensar pequeno, em equalizar. Temos muitos problemas internos para queremos resolver os problemas do Equador e de tantos outros países que v.exa. está colocando aqui.

Quero parabenizá-lo pelas colocações. Só para fazer um registro e acho que posso acrescentar que, ao final da audiência pública ficou combinado de fazermos um dossiê com todos aqueles manifestos das lideranças políticas e do setor, para levarmos a Brasília num agravo ao ministro da Agricultura.

Ontem, o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, disse que não haverá importação da banana, mas o que precisamos, de fato, é o cancelamento publicado no Diário Oficial da instrução normativa.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O fato consumado?

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - É.  
Obrigado, pelo aparte.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Obrigado, deputado Carlos Chiodini. Parabéns pela sua iniciativa de fazer aquela audiência pública tão importante para o setor e nossa região.

Deputado Carlos Chiodini, o ministro tinha dito que ia adiar a possibilidade de importação da banana até o final do ano, ou seja, até depois da eleição.

E nós queremos, não eu, eu não sou agricultor, sou representante daquela região, é que seja cancelada aquela normativa, que seja extirpada aquela normativa de uma vez por todas, para que os agricultores possam ter tranquilidade. Só para se ter uma ideia, o agricultor aqui no Brasil ganha menos de R\$ 0,30 o quilo da banana para produzir. Uma caixa tem 20 quilos, dá uma faixa de R\$ 5,00 de lucro para o produtor. Ele tem que vender com a caixa, tem que fazer a caixa para vender a banana, enquanto que o consumidor paga R\$ 1,90 o quilo.

Então, o varejista está ganhando, o governo está ganhando e o produtor, que é o pai dessa rede toda, ganha menos que todos eles. E no Equador, o que chama a atenção, é que são apenas cinco grandes proprietários, cinco latifúndios, vamos dizer assim, não tem o imposto do governo. O governo não paga imposto. Quer dizer, facilita, é claro que vai entrar a banana mais barata aqui, é evidente. Mas se o governo se diz social, se o governo está preocupado com o pequeno, pode perfeitamente tirar o imposto ou diminuir a carga tributária do pequeno proprietário, fazendo com que ele tenha condições de produzir muito mais, até porque já somos autossuficientes. E pelo que eu vi somos o terceiro maior produtor de bananas no mundo. Alguns sites do mundo dizem que somos o

segundo; e outros, que somos o quinto. É um festival de informações, mas, enfim, somos um dos maiores produtores de bananas do mundo.

Por isso tudo, não existe razão nenhuma para se criar um clima desses aqui no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Findo o horário das Breves Comunicações.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira o primeiro horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero cumprimentar os colegas e as colegas deputadas e dizer, primeiramente, que é um momento de muita alegria para nós do extremo oeste de Santa Catarina, porque agora no mês de junho, no dia 10, nós já vamos ter a oportunidade de conhecermos a empresa que terá a missão de construir a primeira policlínica no estado do estado de Santa Catarina.

Nós que residimos numa região distante do litoral catarinense e que recebemos, com muita frequência, apelos de prefeitos, de vereadores, de pacientes da nossa região mais distante do centro de tratamento especializado, na busca de opções para que tenham essas distâncias diminuídas no momento da busca de uma especialidade médica para tratar de sua saúde, percebemos que esse importante projeto, elaborado pelo governo de Santa Catarina, mais precisamente pelos nossos secretários de estado da saúde, é muito importante. E no início desse projeto tive a felicidade de participar dessas discussões que iniciaram com o ex-secretário, Dalmo de Oliveira, e agora teve a continuidade com a secretária Tânia.

É um projeto muito importante e até quero fazer uso de um vídeo para ilustrar a grandeza desse projeto.

Serão construídas no território de Santa Catarina dez policlínicas com o objetivo de

atender todas as regiões do estado catarinense que estão mais distantes dos centros de tratamento e que fazem parte do pacto relativo a esse investimento de R\$ 500 milhões, conforme o vídeo está ilustrando.

E, agora, na primeira etapa, além dessa que será construída em São Miguel d'Oeste com o objetivo de atender toda aquela região, em junho teremos a abertura das propostas para a licitação da policlínica de Araranguá e das policlínicas de Itapema e de Mafra. Serão, nessa primeira etapa, construídas quatro policlínicas no estado de Santa Catarina.

O custo que está sendo orçado para a construção dessas policlínicas gira em torno de R\$ 8,4 milhões, valor que será utilizado também para a colocação dos equipamentos necessários para a realização de consultas e de alguns diagnósticos. Está assegurado no projeto que essas policlínicas oferecerão o serviço de ultrassonografia geral, ecocardiograma, eletroencefalograma, endoscopia, mamografia, radiologia simples e teste ergométrico.

O projeto está oferecendo 16 especialidades, ou seja, as regiões deverão escolher dentre essas especialidades aquelas que possuem mais demanda na região, porque temos situações diferenciadas no sul, no norte, no oeste e no meio oeste do estado. As especialidades oferecidas são: cardiologia, cirurgia geral, cirurgia cardiovascular, dermatologia, endocrinologia infantil, gastroenterologia, mastologia, nefrologia, neurologia, neurologia infantil, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, proctologia e urologia.

Hoje percebemos que os pacientes precisam obrigatoriamente se deslocar dessas regiões mais distantes do estado para o litoral catarinense para ter o acesso gratuito através da rede SUS. Então, todos esses serviços que as policlínicas vão oferecer ao cidadão catarinense nas diversas regiões do estado estarão disponíveis através do Sistema Único de Saúde e serão oferecidos de forma gratuita para a nossa população.

Então, imagine o quanto se economizará através de investimentos bem pensados e elaborados com a construção dessas policlínicas! Imagine o tempo que se leva para o deslocamento de um paciente de Dionísio Cerqueira ou de Itapiranga, que são os municípios mais distantes da capital! São 700km. As vãs ficam praticamente um dia inteiro na estrada com o paciente cansado, que se sujeita a todo esse deslocamento.

Essa sensibilidade que o governo do estado tem para levar o atendimento mais próximo do cidadão é um ganho considerável na qualidade de vida, nas opções de tratamento de saúde e porque não dizer no bem estar dessa população. Todos sabem que o paciente, estando próximo da sua família, da sua residência para o tratamento, para diagnosticar um problema de saúde, para a realização de um exame, os índices de cura são consideráveis com relação ao paciente que está longe da família, que não conhece a estrutura do lugar para onde está sendo encaminhado.

Então, quero parabenizar e comemorar com o governo do estado essa importante conquista pra os catarinenses.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Eu estava ouvindo v.exa., mas quantas policlínicas que serão implantadas?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Dez policlínicas por todo o estado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Isso no decorrer de quanto tempo?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Isso faz parte do Pacto por Santa Catarina no valor de R\$ 500 milhões. E neste início serão quatro policlínicas. Eu acredito que neste ano possamos licitar as restantes também. Até porque as obras estão previstas para a entrega em um ano. Então, quanto antes se iniciar o projeto, antes vamos ter as especialidades à disposição do povo catarinense.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, quero acrescentar que, no meu entendimento, essa é

uma das grandes iniciativas deste governo que está dando sequência a um entendimento do governo anterior, do governador Luiz Henrique da Silveira, que tinha quando iniciou o seu governo a intenção de acabar com a "ambulancioterapia", ou seja, com essa procissão de ambulâncias vindas de outros municípios em direção a Florianópolis ou Joinville. Essa era a intenção desde o início do governo anterior, mas ele não conseguiu terminar esse projeto. Por isso, quero me congratular com v.exa., com o governo, que está dando sequência a um projeto do governo anterior. E queira Deus que realmente saia do papel e possa se tornar realidade, porque seria de bom alvitre, principalmente, para os grandes centros que, com essas policlínicas, terão a possibilidade de menos atendimento ou menos lotação. Lá em Joinville se no hospital São José ou no Regional fizerem 100 ou 150 leitos a mais, em uma semana estarão todos lotados. Isso quer dizer que realmente precisamos espalhar esse atendimento e essas policlínicas que, certamente, vão amenizar bastante esse tipo de problema que temos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Incorporo o seu pronunciamento a nossa fala, deputado. O estado inteiro ganha com esses investimentos. Essas policlínicas estão sendo colocadas onde não tinham para atender à população distante e proporcionar facilidade para quem mora perto. Além do que nós, que estamos no extremo oeste, ainda estamos recebendo do governo do estado a ampliação do Hospital Regional de Chapecó. Serão nove andares de construção, que já estão em fase de execução com a colocação de algumas especialidades, além de um aumento do número de leitos. Também vamos ter tratamento quimioterápico infantil, UTI Neonatal, que são especialidades que a comunidade há tempo está reivindicando junto ao governo do estado.

Quero também, sr. presidente, srs. deputados, destacar outra importante conquista que deve ser concretizada nos próximos dias, porque o convênio está praticamente pronto, depende apenas da ida do governador ao oeste do estado, sendo lá a sede que

coordena o estado. Trata-se de um convênio que vai auxiliar as casas familiares rurais de Santa Catarina.

Então, conseguimos essa sensibilização do secretário de estado da Educação, Eduardo Deschamps, sobre a importância desse meio de educação para os filhos dos nossos agricultores. Nós não temos muitos educandários voltados a esse fim no território catarinense. Portanto, precisamos, através da força do estado, sermos participativos com esses educandários que estão trabalhando e que estão funcionando, que estão levando essa oportunidade para que os filhos dos agricultores possam continuar as suas atividades, possam continuar recebendo esse sistema diferenciado de ensino, porque a casa familiar rural, além de levar o conhecimento ao aluno, também permite que ele continue residindo com seus familiares, lá no interior, e aplique, a técnica que ele busca nessa escola, na sua propriedade.

Então, é uma forma de oportunizar à pequena propriedade rural algumas alternativas de produção, de ganho de renda, que são construídas através da oportunidade do conhecimento a esses alunos, filhos de agricultores.

Assim, o estado fará esse convênio de aproximadamente R\$ 600 mil este ano para ajudar essas casas familiares na contratação de bons técnicos, bons profissionais e bons educadores, que repassarão os seus conhecimentos a todos os alunos. Esse ato está somente aguardando agenda do governador do estado. Foi confirmado pelo secretário de estado da Educação, e está sendo esperado de forma muito alegre e feliz por todos os alunos, por diretores e administradores municipais. E, também, está sendo aguardada pela Arcafar, através do José Luiz Lorenzini, que é o presidente, que coordena aqui em Santa Catarina e faz esse importante trabalho, essa luta para que essas casas familiares rurais possam ter a participação do governo do estado e prestar cada dia mais um excelente trabalho a esse segmento que depende muito da ajuda dos governantes para manter

as cadeias produtivas e as oportunidades na pequena propriedade rural.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Ainda dentro o horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, que preside esta sessão, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Quero falar sobre um evento que está acontecendo em Brasília, e que, muitas vezes, pensamos que é mais uma dessas ações que lá acontece, que repercute na imprensa e depois fica tudo como está. E, infelizmente, é isso o que acontece.

Também quero falar sobre a 17ª Marcha dos Prefeitos que acontece, neste momento, em Brasília, nesta semana. Sou municipalista ao extremo, pois as coisas acontecem na cidade, no bairro. Tenho dito que o dedo mais próximo do nariz do eleitor é o do vereador, depois, do prefeito, deputados estaduais, secretários de governo do estado, o governador, os deputados federais, senadores, até chegar aos ministros e à Presidência da República.

O que me chama atenção é que em 1988, quando foi feita a atual Constituição os municípios ficavam com a partilha dos impostos devolvidos em torno de 25%, hoje se chega a 17% é muito. Não é possível termos uma nação séria, um Brasil de tamanho continental com 5.550 municípios e a toda hora o governo federal, ou Brasília, apoiam pisos, como na semana passada que foi aprovado o piso dos agentes comunitários de saúde, e pela lista há mais de 20 projetos instituindo pisos salariais da administração pública diretamente ligados às prefeituras.

E o que acontece? O governo federal, Brasília, aprova os pisos e repassa a responsabilidades aos municípios, mas não passa, sequer, um centavo a mais do que o pouco que repassa.

Nós não podemos falar de uma nação séria quando de tudo que arrecadamos no município, porque é lá que a vida acontece, deputado Mauro de Nadal, fica 70% para o governo federal, em Brasília. É impossível isso. O município tem que se virar na saúde, na educação, na manutenção das estradas, no dia a dia do cidadão, e ter apenas uma mixaria do que o governo passa.

Imaginem v.exas. que os prefeitos estão lá em Brasília, hoje, na 17ª marcha dos prefeitos, para reivindicar, e não é muito coisa não, mas apenas o aumento de 2% do fundo de participação dos municípios.

O governo Lula e o governo Dilma nas desonerações que fizeram do IPI e do Imposto de Renda, tiraram do fundo R\$ 77 bilhões. E isso está fazendo falta aos municípios.

A grande maioria dos municípios dessa nação está falida. Deputado Nilson Gonçalves, eu conversava com um colega do Acre, e ele disse que daqui a pouco voltaremos a ter, em certos municípios, a indicação biônica dos prefeitos. E a indicação biônica, dizia este deputado do Acre, seria pela Justiça, deputado Sargento Amauri Soares. Aí eu fiquei ouvindo e pensei: é só o que está faltando! Então ele disse que vai ser por consequência da pena imposta de acordo com o crime cometido, quer dizer, a pessoa vai receber como pena ser prefeito de uma cidade, porque daqui a pouco ninguém vai querer ser candidato a prefeito, então, a Justiça é que vai determinar isso.

Hoje ser prefeito de uma cidade de pequeno, médio ou grande porte, não importa o porte, é um grande desafio. E não é apenas um grande desafio, porque o governo federal centraliza todos os recursos em Brasília.

E o que me frustra não é falar do presente nem do passado, mas que eu não vejo nenhum candidato a presidente falar numa palavrinha de repactuação federativa.

Ninguém fala em fazermos um novo pacto federativo tirando essa concentração de recursos que fica em Brasília e drenando para os municípios.

Os prefeitos estão ficando, cada vez mais, com as batatas quentes nas mãos, que são expurgadas de Brasília e cobradas pelos munícipes.

Imaginem, deram o prazo até o final deste ano para todos os municípios da nossa nação terem resolvido os seus problemas de lixões, de gerenciamento de resíduos sólidos.

Deputado Silvio Dreveck, apenas 34% dos municípios brasileiros estão com projeto em andamento para estarem dentro do que diz a lei de gerenciamento de resíduos, a lei nacional. E os outros? Os outros 66% dos municípios sequer tem projeto. Mas a lei vence agora. É simples: o governo federal não instituiu o piso do Magistério e diz qual é o piso. Os prefeitos e os governadores têm que se virar para pagar. Mas quem instituiu o Piso, o governmador do Rio Grande do Sul não cumpre. Legal, isso.

**ANA:**

O ministro que instituiu o Piso Salarial do Magistério, foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, mas ele não paga deputado Taxista Voltolini, o que ele instituiu. Mas sabe o que isso? É muito fácil, quando não se está no processo, pensa-se que lá em Brasília é só aquilo que está ali, e esquecem que temos municípios que estão dependendo exclusivamente dos Fundos de Participação dos Municípios para poder sobreviver deputado Silvio Dreveck, v.exa. que já foi prefeito sabe muito bem como é isso, mesmo sendo prefeito de uma cidade pujante como São Bento do Sul, mas imagine as outras cidades pequenas, como Irineópolis, Major Gercino, Matos Costas, estes municípios dependem muito do Fundo de Participação dos Municípios, porque eles não têm receita própria, não tem muita coisa para fazer. E isso como acaba? Acaba que Brasília institui leis, criam pisos e cada vez diminui mais os repasses que vêm para os municípios. E os prefeitos, e v.exa. deputado

Mauro de Nadal, que já foi prefeito sabe que muitas vezes o munícipe, o morador do município, aonde acontece à vida, eles cobram e os prefeitos não têm muito que fazer.

Por isso, quero deixar registrado, antes de dar aparte para o meu nobre deputado Mauro de Nadal, deixo o meu apoio integral aos prefeitos que estão na marcha em Brasília, o meu repúdio ao governo por estarem cada vez diminuindo mais o repasse, e a minha frustração em não ouvirem o apelo dos prefeitos, Dilma Rouseff, Aécio Neves, não ouvir, Eduardo Campos, não ouvir, qualquer outro candidato ou pré-candidato à presidência da república, falar sério, dizer não e falar vamos fazer o novo pacto federativo, porque a vida acontece nas cidades e não no planalto de Brasília.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Parabéns, deputado Kennedy Nunes, pela fala, pelo tema, quero dizer nessa mesma linha, que não existe como termos uma ampla democracia com um processo tão centralizador como está. Vivemos num país democrático, mas com práticas ainda do tempo do império, onde se centraliza comando, poder e recursos financeiros.

Fui prefeito como v.exa. falou e já naquela época, participei durante oito anos, da marcha dos prefeitos à Brasília, essa luta incessante dos prefeitos na busca de condições para administrarem os seus municípios, hoje o prefeito é um despachante. Por quê? Porque não consegue com os recursos financeiros que tem fazer uma economia programada para investimentos em projetos, a não serem projetos que vêm já pré-prontos já de Brasília, onde o prefeito tem que colocar a maior fatia desses recursos para fazer com que os projetos funcionem. E é obrigado! A incorporar os projetos, porque se não incorporar os projetos o prefeito não consegue acessar outro projeto.

Então, o prefeito está embretado, além de ser amplamente fiscalizado, ele não dispõe de

disponibilidade financeira para às vezes executar uma obra, uma ação, um investimento importante, que é o anseio da comunidade, porque não tem disponibilidade financeira para fazer com que esse investimento possa acontecer.

Sem fazermos esse reestudo, remodelarmos o Pacto Federativo, não tem como se falar em sobrevivência desses pequenos municípios, falo do pequeno município, porque o grande ainda consegue se defender, mas o pequeno vive exclusivamente do que retorna do Fundo de Participação dos Municípios, não tem outra fonte que faça com que ele desenvolva todas as ações que são as constitucionais e as ações obrigadas através de programas.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal. Hoje ouvindo a CBN, quando estava vindo para a Assembleia Legislativa, e ouvindo o colega radialista Mário Motta, que estava entrevistando o prefeito de Taió, que é o presidente da federação, e Mário Motta, falando e o prefeito dizendo que é 17ª Marcha até Brasília, que nós não vamos desistir, vamos ficar brigando até o governo federal nos ouvir. E o Mário Motta contou uma história do pai dele, que contava uma história sobre um homem que foi até uma cigana, que disse a ele: o senhor vai sofrer com essa dor até mais ou menos os seus 35 anos. E o homem perguntou para a cigana: E depois eu vou me curar? A cigana responde: Não, depois o sr. vai se acostumar com essa dor.

Ou seja, parece que estamos nos acostumando a conviver com essa dor dos municípios, porque todos os anos vamos ao governo federal bater na porta, mostrar a necessidade, e daí o que acontece? Vamos ter que nos acostumar a conviver com essa dor.

Como disse v.exa., vivemos numa democracia, mas com atitudes ainda imperialistas da centralização, do toma lá dá cá, da troca, de liberação se você é, e se você não é não tem liberação, desse negócio mesquinho que vem matando cada dia mais os pequenos municípios.

Aonde vamos parar? Quando Brasília vai entender que quem faz Brasília são os municípios?

Quando Brasília e a presidente da República vão entender que os votos que os colocam lá saem dos municípios? Não saem dos estados, não saem da nação, saem dos municípios onde está faltando saúde, onde está faltando tudo! E o que vem de lá? Nada! E quando vem parece que fizeram um favor danado.

Eu tenho as minhas colocações aqui. Quando o meu governador Raimundo Colombo fala da gratidão que tem pela presidente Dilma Rousseff, eu fico pensando: gratidão do quê? Não é dinheiro dado, é dinheiro emprestado! Eu vou lá pedir emprestado, vou pagar juros e vou dizer para o agiota: eu devo a minha vida a você!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença na Casa do prefeito do município de Anchieta, Ari Prestes de Oliveira, e do prefeito do município de Galvão, Neri Pederssetti.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Desejamos aos prefeitos as boas-vindas a este Parlamento!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e estimados catarinenses, queremos cumprimentar o companheiro José Fritsch, ex-presidente do nosso partido, ex-deputado federal e ex-ministro que está aqui presente acompanhando esta sessão.

Quero falar sobre uma grande notícia: um milhão de alunos nas universidades federais pela primeira vez.

Mas antes disso eu não posso deixar de fazer algumas referências nesta tribuna, como líder da bancada, às considerações tecidas pelo deputado Kennedy Nunes, anteriormente.

Em primeiro lugar, quero dizer que seria bom Santa Catarina também aprender com Brasília como é que se faz a distribuição de recursos, por exemplo, de emendas parlamentares. Lá deve aprender com aqui, eu ouvi. Eu acho que aqui é que tem que aprender com o governo federal, porque lá há emendas parlamentares de cota a todos e aqui dizem que há por aí umas planilhazinhas de subvenções sociais, planilhazinhas de alguns deputados, deputado Sargento Amauri Soaras, e v.exa. não está entre eles.

Como é?! Existem ou não essas planilhas? Para quem são? Diga-se nesta tribuna! Se existir, é para alguns partidos, e isso, sim, é discriminação! Diga-se isso também!

É fácil falar de Brasília! Eu também falo, também acho que há coisas que precisa melhorar, agora, onde estão as planilhas de subvenção social? Para quem são? Tragam esses exemplos aqui nesta tribuna também!

Digo mais, sr. presidente: fui prefeito - e o deputado Mauro de Nadal também foi, assim como outros deputados também foram - e sei da dificuldade dos municípios. Sabemos que é preciso descentralizar mais, e nós nos aliamos a isso.

Lembramos quando os prefeitos iam para Brasília e eram recebidos com cães. Ora, podem não estar atendendo tudo, mas dizer que não estão sendo ouvidos? É não lembrar a história de quando os prefeitos eram recebidos com cães na rampa do Palácio do Planalto!

É não acompanhar as últimas marchas, porque dessas 17, acompanhei grande parte delas, oito, inclusive como prefeito, e hoje vamos lá e está praticamente todo governo presente: a presidente, os ministros, assessores. É bom que se diga também que foram anos e anos pedindo o aumento das FPM, esse aumento veio. Tem que vir mais. Agora está se pedindo mais, estamos aí e vamos pedir mais, deputado Padre Pedro Baldissera. Quando v.exa. era

prefeito e eu também era prefeito pedíamos aquele famoso aumento de 1%, que veio depois na luta com o governo do presidente Lula. Então, tivemos avanços importantes no diálogo do federalismo. O transporte escolar quando vinha, era através do estado, que às vezes, não repassava aos municípios. Hoje é uma conta direta entre estados e municípios. Os nossos recursos do fundo de saúde têm que aumentar mais, mas hoje vem de forma direta, de fundo para fundo, principalmente quem tem gestão pública.

Então, precisamos mais e eu concordo, acho que os prefeitos têm que se mobilizar mesmo, afinal de contas, não podem ficar lá sentados numa cadeira achando que de dentro do gabinete se resolve tudo. Mas houve avanços importantes que precisam ser reconhecidos.

Qual era a liberação das emendas parlamentares no governo FHC? Em dois anos em que fui prefeito com o governo FHC tive uma emenda empenhada e cancelada depois. Pergunte a qualquer prefeito de qualquer partido deste estado se hoje não recebem emendas parlamentares? Se não recebem recursos, independentemente de emenda parlamentar? Olhem o quite de máquinas que está sendo entregue agora aos municípios. Municípios que tinham grande dificuldade de adquirir máquinas agrícolas e que agora estão recebendo de forma indiscriminada. Não há partidos políticos no recebimento, há um critério: ter menos que 50 mil habitantes, no caso do quite do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Então, temos que reconhecer isso sempre para dizer que precisamos mais, deputado Kennedy Nunes, e isso nós concordamos, os prefeitos têm que continuar indo e reivindicando mais. Agora, não lembrar isso e querer dizer que agora os prefeitos não são ouvidos é um equívoco, porque sabemos da história, sabemos da relação republicana que se estabelece hoje com os prefeitos. Aliás, digo uma coisa: tem problema para resolver? Sim, muitos problemas, e temos que buscar mais recursos, mas os caixas das prefeituras não estão assim também tão raspadas como se houve hoje por aí. Raspado está o bolso de quem trabalhe um mês inteiro para

ganhar R\$ 700 ou R\$ 800. Então, acho que dentro dessa realidade vale à pena fazer essas observações.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não, para não ser indelicado deputado Kennedy Nunes, até porque lhe mencionei, embora esteja apenas dando uma resposta, vou lhe conceder um pequeno aparte antes de prosseguir ao tema que me trouxe a esta tribuna.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Obrigado, deputado Neodi Saretta, em primeiro lugar, em momento algum eu falei que este governo não houve, até porque eu falei da 17ª marcha dos prefeitos.

Em segundo lugar, quando v.exa. fala que o governo estadual deveria aprender com o governo federal, eu discordo, penso que é exatamente ao contrário, o governo federal é que deveria aprender com o nosso governo, porque o governo estadual pegou o dinheiro emprestado do governo federal e está doando para os municípios.

Em terceiro lugar, v.exa. fala das planilhas dos deputados? V.Exa. também teve R\$ 3 milhões para destinar às prefeituras como v.exa. queria, como todos aqui tivemos. Se v.exa. não o fez é porque não quis, mas se fez deve ter a sua planilha lá também.

Obrigada deputado.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigada, agradeço v.exa.. A respeito do seu aparte apenas quero dizer que temos que aprender uns com os outros, sim, mas não podemos achar que apenas um lado tem as coisas certas e o outro as coisas erradas, como temos ouvido sempre aqui, que tudo é culpa do governo federal.

Fui muito claro no meu discurso e quero ver as tais planilhas de subvenções sociais. Este deputado e, que eu saiba, nenhum deputado da bancada do PT teve qualquer recurso para destinar para as entidades?!

A respeito do Fundam - Fundo de Apoio aos Municípios -, estes recursos foram feitos de forma

transparente, com possibilidade de indicação no ano passado. Tanto é que não foi aqui mencionado.

Então, queria fazer esta ressalva, tomara que Santa Catarina, neste aspecto, aprenda com o governo federal. Se é para ter subvenção social, que seja distribuída de forma igualitária. Mas acho também que esta tarefa deveria ser exclusivamente do Executivo.

Mas, sr. presidente, srs. deputados, o que me trouxe, na verdade, à tribuna é a comemoração da marca de um milhão de matrículas pela primeira vez no Brasil, e aqui está mais uma razão para dizer como o Brasil tem mudado positivamente nos últimos anos.

Em 2013, as Universidades Federais ultrapassaram pela primeira vez o saldo de um milhão de matrículas, segundo dados do Censo, o que mostra como foi importante à criação de quase 20 novas universidades, mais de 170 novos campus, inúmeros cursos, inclusive uma nova universidade federal em Santa Catarina.

Portanto, queria fazer esse registro, e deixarei para outra ocasião, em função do tempo que está esgotado, para ampliar este assunto e também falar sobre o Enem - Exame Nacional do Ensino Médio -, que está com as suas inscrições abertas e que é um critério de seleção usado pelas universidades.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra, o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado sr. presidente.

Srs. deputados, gostaria de abordar um assunto palpitante na tarde de hoje após os

pronunciamentos dos eminentes deputados Kennedy Nunes e Neodi Saretta.

Deputado Kennedy Nunes, eu me vejo na obrigação de concordar em grande parte da sua manifestação, e até colaborar aqui com o deputado Mauro de Nadal, de que a situação dos municípios de fato é crítica. E v.exa. fez o relato do quanto os municípios, nos últimos anos, vêm dependendo de recursos do estado ou da União.

E apenas para contribuir com esse debate, que penso que ser importante, até porque, deputado Kennedy Nunes, estivemos lá em Brasília e participamos de algumas palestras muito interessantes, entre outras, sobre a questão da Saúde.

Do que se colocava na Saúde em 2002, 56% eram recursos da União. Hoje, apenas 44% são recursos da União. Isso é uma constatação clara de que quem está pagando essa diferença são os municípios. E tanto isso é verdadeiro que, quando fui prefeito, de 97 a 2004, no nosso município de São Bento do Sul, colocávamos na ordem de 16% ou 17% do orçamento municipal.

E a obrigatoriedade é de 15%, mas já ultrapassava um pouco e conseguíamos ainda fazer uma saúde de qualidade. Evidentemente, que isso não está apenas no orçamento ou na aplicação financeira, também está gerenciamento e na eficiência maior ou menor. Mas o fato é que nós falamos com os prefeitos, independentemente de cor partidária, e a grande maioria afirma e reafirma que está colocando mais de 20% do seu orçamento na saúde, alguns 25%, outros 23%, enfim, a grande maioria se utiliza de 20%.

Então, é óbvio que precisamos debater esse assunto, e espero que seja este ano, que acho ser apropriado para debatermos temas relevantes para o Brasil, independentemente, repito, de cor partidária. É preciso, necessário e indispensável debater o assunto e ter compromissos com a população brasileira. Aqueles que tiveram a coragem e a responsabilidade de realizar aquilo que assumiram durante os debates eleitorais, certamente, poderão amenizar um pouco esta relação

entre municípios e União, porque hoje há uma desproporção exorbitante.

E outro tema que foi debatido, apresentado no encontro da Unale, em Brasília, diz respeito à matriz energética do Brasil.

A apresentação foi feita pelo professor da Universidade que já tem uma experiência no ramo em consultoria, que lá falou em nome muitas entidades, principalmente da associação de empresas do ramo da construção, tanto do setor público quanto do privado, e detalhou a posição do Brasil em relação a outros países e, lamentavelmente, a nossa produção *per capita* de energia só ganha da Índia.

Nós temos acompanhado esta questão da matriz energética e sabemos que com relação a hidroelétricas, não podemos construir tendo em vista o grande impacto ambiental; quanto a termoelétricas, porque tem poluição e custo muito elevado; a energia nuclear e outras tentativas energéticas, como, por exemplo, o petróleo, é altamente poluente. E o Brasil com essa grandeza que nos oferece de água, e aqui repito pela 11<sup>o</sup> vez desta tribuna, que é, sem dúvida, a energia mais limpa, mais barata e a de menor impacto ambiental por mais contestação que haja.

Mas, infelizmente, nossas PCHs não andam, estão travadas, ora num órgão, ora em outro, ora naqueles que têm ideologia diferente, e o Brasil está no limite perdendo oportunidades de negócios, de empreendedores, de geração de emprego e de agregar, inclusive melhor qualidade de vida à nossa população.

Portanto, este tema é obrigatório e indispensável estar na pauta de quem pretende e deseja governar o Brasil para todos os brasileiros e para que todos nós tenhamos uma condição melhor em todos os aspectos, no sentido de dar oportunidades a todos. Não há como crescer, não há como desenvolver se não tivermos energia de qualidade e quantidade para destinar à população brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Antes de entrar no assunto que me trouxe a esta tribuna, gostaria de esclarecer às pessoas que não conhecem como é o andamento da sessão plenária da Assembleia Legislativa. As pessoas estranham e muitas vezes fazem muitas críticas em relação à presença dos srs. deputados em plenário.

Nós temos das 14h até as 15h o horário das Breves Comunicações, que é quando o deputado se inscreve e escolhe um tema que ele quer abordar aqui na tribuna. Então, todos os deputados que querem utilizar a tribuna, se inscrevem e falam nesse período das Breves Comunicações, sem uma obrigação específica dos demais deputados estarem presentes, até porque muitas vezes estão nos gabinetes atendendo pessoas que vêm de fora e parlamentares de outros municípios, etc. Das 15h até as 16h é o horário destinado aos Partidos Políticos. Neste horário cada partido tem um horário pré-determinado para utilizar a tribuna. E um dos membros deste partido utiliza, em nome do partido, a tribuna.

Aí depois temos o grande expediente, que é a Ordem do Dia, às 16h. Neste caso se faz necessário a presença dos deputados em plenário para que haja quórum suficiente para deliberar as matérias em pauta. Depois, encerrada a Ordem do Dia, temos a Explicação Pessoal, em que também o deputado, já escrito previamente, aborda o assunto que ele acha mais conveniente tratar aqui desta tribuna. Apenas para efeito de esclarecimento, pois há pessoas que não conhecem a tramitação, os trabalhos da Casa e estranham quando veem o plenário quase vazio.

Agora, entrando no assunto que me trouxe a esta tribuna, gostaria de, em primeiro lugar, cumprimentar o novo superintendente do DNIT, Vissilar Pretto, que é um engenheiro de carreira e que assumiu o DNIT por indicação do deputado

federal Jorginho Mello, do partido que detém essa fatia dentro do bolo chamado governo federal.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Estivemos com o novo superintendente do DNIT e gostaria de me congratular com suas palavras.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado Antônio Aguiar, apresentei um pedido de informação com relação à BR-280, que hoje considero a rodovia da morte em Santa Catarina, bem como a BR-470.

Estamos há muito tempo aguardando a duplicação da BR-280. Já participei de reuniões em Brasília, do DNIT, mas precisávamos da resposta de forma expressa, escrita para que pudéssemos ter uma noção especial do que acontece naquela rodovia. A resposta que veio era ainda do então engenheiro responsável, João José dos Santos. E dizia que o lote 1, que compreende ao trecho de São Francisco do Sul à BR-101, tem 36km, que as principais intervenções são 14 viadutos e a situação é de licitação revogada com novo edital de obras a ser publicado. Essa foi a resposta que obtive.

Quanto ao lote 2.1, cujo trecho compreende da BR-101 até Guraramirim, com 50km, as principais intervenções são 2 viadutos, 2 pontes e 2 passarelas. A situação é de ordem de serviço assinada em fase de mobilização de obras para contratação de operários, mobilização de equipamentos, serviços iniciais de topografia para identificação das intervenções em faixa de domínio (água, luz, telefonia, gás e outras), montagem do canteiro de obras, atividades de supervisão ambiental em andamento da liberação de frentes de obras. Aí é que está o nó, pois se necessita saber uma série de dados do ambiente, inclusive quantos passarinhos existem lá. Então a situação está assim.

Quanto ao lote 2.2, que compreende ao trecho de Guaramirim até Jaraguá do Sul, há 74km, as principais intervenções são 15 viadutos, 2 pontes, 2 túneis. A situação atual é de ordem de serviço assinada, em fase de mobilização de obras para

contratação de operários, mobilização de equipamentos e tal. Está quase no processo de começar a funcionar, mas há a questão dos passarinhos e tudo mais.

Mas chamou a minha atenção ver nos jornais que o novo superintendente, quando questionado sobre esses lotes, referindo-se à BR-280, disse que o desafio é o componente indígena. Até agora não tinha ouvido falar dos índios. Ouço muito sobre os índios do Morro dos Cavalos, agora é a primeira vez que ouço alguém falar que na questão da duplicação da BR-280 precisa haver conversa com os índios. Se a conversa com os índios de lá for parecida com a conversa que está havendo com os índios do Morro dos Cavalos, eu, que estou com 63 anos, acho que não vou estar vivo para ver essa duplicação.

Vou torcer para que isso não aconteça. E até quero entender melhor onde vai começar a encrenca com os índios, porque há muitos problemas naquela região com os índios.

Então, sr. presidente, apenas citando e registrando, essa nova surpresa que tive com relação a 280, que agora, além de todos esses componentes que já sabemos e temos, vamos ter a questão indígena também na 280, principalmente na BR-101 até o Porto de São Francisco, principalmente na região de Araquari, onde vamos ter, com certeza, muita discussão para resolver essa questão indígena para duplicação da 280.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Eu quero fazer o registro dos alunos da faculdade do Senac de Florianópolis, técnicos em Contabilidade, estão com o professor Jorge. Sejam bem-vindos!

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0003/2013, 0011/2014, 0040/2012, 0083/2013, 0116/2012, 0132/2012, 0170/2013; ao Projeto de Lei

Complementar n. 0016/2011 e à Proposta de Sustação de Ato PSA-0002/2012.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0008/2014, 0016/2014, 0027/2014 e 0434/2013.

Ainda comunica que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0062/2014, 0068/2014, 0329/2013 e 0614/2013.

Votação da redação final do Projeto de Lei n 0043/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n 0071/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão em votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0070/2014, de autoria do deputado Dado Cherem, que dispõe sobre a instituição do Dia Estadual do Engenheiro de Petróleo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0169/2012, de autoria do deputado Manoel Mota, que obriga os fabricantes ou importadores de material explosivo, comercializados no estado de Santa Catarina, a

adotarem mecanismos de identificação que permaneçam intactos após o processo de detonação.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo o quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0337/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, que dispõe sobre a apresentação prévia do Selo GNV no abastecimento de Gás Natural Veicular pelos postos de abastecimentos de combustível.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Direitos Humanos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0227, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0228 de autoria do deputado Valmir Comin; 0229 e 0230, de autoria do deputado Jailson Lima; 0231, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0232 e 0233, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0445, de autoria do deputado Jailson Lima; 0446, 0447, 0448, 0449, 0450, 0451 e 455, de autoria do deputado Carlos

Chiodini; 0452, de autoria do deputado Eni José Voltolini; 0453, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0454, de autoria do deputado Dirceu Dresch e 0456, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Pedido de Informação n. 0035, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à realização, em recém-nascidos, de exames de diagnóstico clínico de catarata congênita, pela técnica conhecida como "reflexo vermelho", nas maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passo a Presidência ao deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Quero registrar a presença do prefeito de Witmarsum, sr. Paul Zerna, juntamente com vários vereadores e lideranças do referido município, assim como, lideranças de Três Barras.

Desejamos às boas-vindas a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença das autoridades nominadas pelo deputado Maurício Eskudlark.

Também quero agradecer ao deputado Kennedy Nunes que aqui presidiu esta Ordem do Dia nos moldes do presidente Onofre Santo Agostini, com agilidade e rapidez.

Srs. deputados, sras. deputadas esta Presidência recebeu requerimento assinado pela deputada Dirce Heiderscheidt e demais integrantes da bancada feminina com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"A Deputada que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, art. 109, c/c, o Ato da Mesa n. 227, de 14 junho de 2011, vem perante Vossa Excelência, REQUERER a cessão da palavra, na Sessão Plenária no dia 14 de maio de 2014, no horário da Explicação Pessoal, para manifestação e exposição do Projeto "Justiça - Direito de Todos", que será ministrada pela Juíza de Direito e Subcoordenadora da Coordenadoria da Execução Penal e da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (CEPEVID), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Doutora Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres, por tratar-se de uma grande mobilização nacional visando à elaboração de um projeto de lei de iniciativa popular, para fins de regulamentação do art. 245 da Constituição Federal, para o qual Santa Catarina necessita coletar um milhão e quatrocentas mil assinaturas." [sic]

Este requerimento está subscrito pelos srs. líderes das bancadas com assento nesta Casa.

Portanto, preenchido o que dispõe o nosso Regimento Interno, esta Presidência suspende a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, quero nesta tarde comunicar que há pouco estivemos no DNIT discutindo o tema, deputado Eni Voltolini, da nossa BR-280, que liga os municípios de Canoinhas a Porto União. Já tivemos uma reunião na comissão de Transportes em que estiveram presentes os técnicos e os engenheiros do DNIT.

Quero apenas dizer o seguinte que foi um passo significativo a mobilização da comunidade regional, que trouxe essa conquista. Felizmente,

aquela BR já está sendo recuperada, estruturada. Trata-se de um grande investimento na região por parte do governo federal.

Em segundo lugar, é claro, há uma legislação para as áreas de domínio com regras estipuladas pela legislação federal e estadual, mas nós achávamos que antes, deputado Eni Voltolini, havia uma área menor de 15m, mas já antes mesmo com a rodovia estadual havia uma lei que garantia 20m para a faixa de domínio.

Então, não tivemos grandes mudanças, mas temos regras e o DNIT está aberto para construir alternativas e entendimentos com os proprietários, com as famílias que, por ventura, tenham alguma construção naquela área.

Mas quero também falar um pouco sobre o Cadastro Ambiental Rural. Felizmente depois de muita espera, porque já era para ter saído o lançamento desse cadastro há algum tempo, em outubro do ano passado, pela presidente Dilma Rousseff, foi lançado agora, há duas semanas, esse projeto de lançamento do Cadastro Ambiental Rural. Há uma grande expectativa com relação a esse tema para que os proprietários rurais do Brasil possam se cadastrar. Trata-se de um cadastro para a agricultura familiar e Santa Catarina é um estado especial, porque é essencialmente de agricultores familiares, possui cerca de 95%. Portanto, há uma grande expectativa.

Então, vamos cobrar muita agilidade também da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável que junto com a Fatma vai coordenar o programa, e com as entidades dos municípios, os sindicatos, as prefeituras que vão fazer esse cadastro.

Há pouco estivemos no Tribunal de Justiça, discutindo com a Corregedoria Estadual de Justiça do Estado, sobre a polêmica que os cartórios continuam exigindo a averbação de reserva legal para fazer a transferência de propriedades.

Há um acordo - e, inclusive, isso foi novamente acordado hoje - que a partir do momento em que os agricultores fizerem o CAR - Cadastro Ambiental Rural - não se vai mais exigir.

O Ministério Público Estadual continua exigindo, mas o Tribunal de Justiça, a Corregedoria, diz que vai cumprir a legislação federal. Inclusive, há uma orientação do ministério do Meio Ambiente, e que estamos divulgando, que é clara nesse sentido. Se o Cadastro Ambiental Rural vale para as regras ambientais, por que exigir outra legislação para fazer transferência de escritura?

Então, hoje discutimos isso novamente. Por isso, deputado Silvio Dreveck, queremos conversar com o governo do estado - e a SDS e a Fatma é que vão coordenar esse cadastro no estado - e pedir agilidade para que possamos resolver isso, porque sabemos que há milhares de escrituras paradas porque os cartórios estão justamente exigindo averbação. Isso tem dois custos: o custo cartorial de registro e o custo de contratar uma empresa para fazer o levantamento e a averbação na propriedade. Isso tem um custo de, no mínimo, R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 por propriedade, se não houver problema. Se houver condomínio ou outros problemas, o custo sobe muito mais.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado Dirceu Dresch, agradeço a v.exa. por ter-me concedido um aparte, até porque eu e o deputado Eni Voltolini estávamos exatamente falando sobre o assunto.

V.Exa. disse que o Tribunal de Justiça entende que, na medida em que houver o cadastramento, os cartórios passam a respeitar. Porque é um negócio descabido. Existe uma lei que foi aprovada, tanto em nível estadual quanto federal, e da mesma forma os cartórios não aceitam essa legislação porque existe um acordo formal entre o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, ou algo semelhante.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Há um Termo de Ajuste de Conduta entre as partes. Mas, segundo o corregedor do Tribunal de Justiça, que cuida dessa questão dos cartórios, assim que o agricultor

fizer o cadastro, não vão mais exigir a averbação da reserva legal.

Então, o cadastro é um documento, na nossa avaliação, também muito claro, um documento legal, advindo de uma lei federal do Código Florestal Brasileiro, que incluiu o Cadastro Ambiental Rural. Pra que exigir outras legislações, outras formas? Então, esse é um tema que, na nossa avaliação tem que ser encaminhado desta forma, é juridicamente correto.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputado Silvio Dreveck. E por último, nesses minutos que me restam, deputado Kennedy Nunes, gostaria de dizer que tivemos aqui o lançamento do Sustentar. Esta casa tem feito um grande debate, tem contribuído justamente com esses temas de energias renováveis, que é um tema cada vez mais presente porque a sociedade, as empresas, as universidades, os governos tem se preocupado muito a questão da sustentabilidade. Nós temos a possibilidade real, com investimento em tecnologias, com conhecimento, com formação de capacitação de produzirmos a nossa energia no Brasil, energia totalmente renovável. Nós temos essa condição concreta com um país que tem muito sol, um país que tem muita água, um país que tem lixo urbano, tem lixo rural, tem dejetos de suínos, de aves, enfim têm tantas possibilidades, o próprio vento, as próprias ondas do mar. Então, há imensas possibilidades. Por isso, estamos mais uma vez realizando este evento que é, 5º Fórum de Energias Renováveis e Consumo Responsável - Sustentar - na semana que vem nos dias 22 e 23, inclusive queremos aqui convidar as pessoas que querem participar. Será um evento aberto, sem custos, e para se inscrever basta entrar no *site* da Assembleia. Temos muitas pessoas interessadas, muitos inscritos, mas ainda há muitas vagas abertas. Aqui vamos expor experiências nessa área.

E além do tema da energia renovável também vamos falar do consumo responsável. Como que a sociedade pode contribuir através do consumo de um lado e através da produção do outro lado no meio rural, na agricultura para produzir um alimento

que possa trazer saúde às pessoas que os consomem e para quem os produz, mas também trazer responsabilidade no tipo e no hábito alimentar nós vamos ter no futuro.

Ontem, o diretor-geral da FAO, dr. José Graziano, agrônomo, trouxe muito bem esses dados presentes, que por um lado se perde muitos alimentos e por outro lado há um consumo errado e que vem trazendo muitos problemas de saúde a nossa população. Corrigindo isso, com certeza, também vamos corrigir muitas expectativas e o cuidado com o meio ambiente. Inclusive vamos ter aqui um jantar no dia do Sustentar, à noite, um coquetel, uma alimentação feita por uma entidade, uma organização que usa alimentos que lá no Ceasa são descartados. São alimentos bons que podem ser consumidos, mas são descartados. Esse é um dos elementos que o dr. José Graziano trouxe presente da grande perda de alimentos. Muitos alimentos que ainda poderiam ser usados, consumidos, mas que acabam indo para ao lixo e gerando outros problemas que é a contaminação do meio ambiente.

São esses temas que vamos tratar durante esses dois dias com grandes palestrantes e a presença de lideranças nesse setor. Tivemos uma grande conquista no Sustentar do 1º, do 2º e do 3º, que foi a criação da Fundação Científica e Tecnológica lá no oeste de Santa Catarina que cada vez mais vem se organizando e vai estar participando, palestrando aqui e trazendo lideranças para participar deste grande evento.

Então, quero agradecer mais uma vez ao nosso presidente da comissão de Minas e Energia, deputado José Milton Scheffer, ao presidente Joares Ponticelli, que tem dado todo apoio a nossa equipe do gabinete.

Agradeço a todas as pessoas que já se inscreveram e vão participar de mais este grande tema. Este é o papel do Parlamento, discutir grandes temas, discutir o futuro, especialmente, do nosso planeta. E eventos como este, com certeza, vão trazer consciência, experiência e grandes debates para este Parlamento possa construir leis, legislação e políticas de

incentivo para este setor, como, por exemplo, o Marco Regulatório das Energias, Microenergias e Energias Renováveis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Srs. deputados, amanhã é o Dia Internacional das Famílias, deputado Eni Voltolini.

Esta data foi escolhida por uma resolução na Assembleia-Geral da ONU, em 1993, e eu fico pensando qual é a motivação da ONU ao escolher uma data para chamar a atenção da comunidade mundial para a família?

Entendo que esta é uma instituição fundamental para a base da sociedade e para a formação do indivíduo. Podemos observar em nossos dias o resultado que colhemos quando as famílias estão destruídas. É claro que educação, moradia, saúde e trabalho fazem parte da vida de todos nós e participam da construção do ser humano. Mas como um ser relacional, que nasce, existe, como fruto de um relacionamento, é evidente que a família, as relações estabelecidas no lar entre pais, filhos, irmãos, tios, todos os envolvidos, são fundamentais para a boa formação do indivíduo, como cidadão que conhece os seus direitos e deveres, e principalmente, é capaz de ver o outro como um ser igual.

Os coadjuvantes dessa formação são importantes e completam o trabalho. Uma educação de qualidade cultural e social. O acesso a serviços básicos de saúde, oportunidade de trabalhar, produzir, precisam existir também. E o estado aparece como gerenciador destas questões.

Voltando à família, acredito firmemente que uma família estruturada gera pessoas estruturadas, capazes de se relacionar, de entender o outro, de respeitar o próximo, de buscar o bem, além de se tornarem indivíduos emocionalmente saudáveis.

O mal do século, a depressão, pode ter como uma das suas causas a falta dessa base, desse alicerce, que é a família. Além de muitos outros

males, como a violência, o desrespeito e a falta de amor.

Sei que evoluímos, mudamos, e nos adaptamos, porém é sábio olhar para trás e eventualmente resgatar aquilo que foi perdido e que precisa ser resgatado na tentativa de melhorarmos ainda mais, principalmente nos quesitos relacionamento, maturidade, crescimento e respeito.

Como um cristão, preciso citar que este projeto chamado família nasceu do coração de Deus, ele nos criou como seres relacionados que precisam da família para a sua formação.

Então, proponho que todos nós possamos rever as nossas posições e buscar em nossas ações estruturar as famílias e proporcionar a todas elas tudo que é necessário para o seu fortalecimento, contribuindo para a formação de cidadãos completos, capazes e conscientes do seu papel na sociedade.

Faço este registro porque o faria amanhã, mas como não teremos a sessão por conta da audiência pública do Orçamento Regionalizado, deixo este meu artigo nos Anais desta Casa.

Senhores, não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em Cocal do Sul.

Está encerrada a sessão.